

## Congresso deve votar hoje R\$ 1 bilhão para municípios

Reunião foi marcada para as 10h30 pelo presidente do Congresso Nacional, José Sarney, depois que os líderes partidários chegaram a acordo sobre o exame da matéria. No Plenário do Senado, vários oradores advertiram que a situação financeira das prefeituras é dramática e cobraram a votação da proposta apresentada pelo Executivo com o objetivo de recompor os repasses do Fundo de Participação dos Municípios. **3**

## Brasil negou avião a Zelaya, revela Amorim

Em depoimento à Comissão de Relações Exteriores do Senado, o chanceler Celso Amorim garantiu ontem que só soube da

presença em Tegucigalpa do presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, 20 ou 30 minutos antes de ele chegar à porta da

embaixada brasileira. Amorim disse que o Brasil negou o pedido de empréstimo de um avião para Zelaya voltar a Honduras. **2**



Virgílio, ao lado de Wellington Salgado e Romeu Tuma, discute com Celso Amorim (à mesa, com Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

### Comissão pede "intervenção positiva" pelo fim do conflito

Pedido da Comissão de Relações Exteriores foi dirigido à comunidade internacional, ao Conselho de Segurança da ONU e ao Conselho Permanente da OEA. **2**

### Parecer de Jereissati é contrário ao ingresso da Venezuela no Mercosul

Relator de projeto sobre o protocolo de adesão, o senador reconhece potencial econômico de ingresso da Venezuela no Mercosul, mas critica processo institucional do país. **2**



Entre senadores e representante da Unesco, Sarney preside assinatura de parceria para comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz

### Sarney quer mais investimentos em ciência e tecnologia

"Um país não chegará a ser uma potência política, militar ou econômica se não for uma potência tecnológica", afirmou o presidente do Senado ao assinar parceria com a Unesco. **4**

### Lula sanciona reforma eleitoral e libera debate na internet

O presidente Lula sancionou ontem o projeto que modifica a Lei Eleitoral. Três pontos da reforma foram vetados, entre eles o que obrigava os sites a convidar para debates todos os candidatos para o mesmo cargo. **5**

Segundo ministro, oferecer abrigo na embaixada em Tegucigalpa foi o "único caminho" para o Brasil, pois, do contrário, presidente deposto poderia ter sido preso ou morto

## Brasil negou avião para Zelaya voltar a Honduras, diz Amorim

O GOVERNO BRASILEIRO negou há três meses ao presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, um empréstimo de avião para que ele retornasse a seu país, informou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Em depoimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ele admitiu que os esforços de Zelaya para retornar ao seu país "eram óbvios", mas reiterou que apenas soube da presença, em Tegucigalpa, do presidente deposto "20 ou 30 minutos antes de ele bater à porta" da embaixada do Brasil.

Segundo o ministro, Zelaya lhe garantiu, ao pedir permissão para entrar na embaixada, que estava na capital de Honduras para tentar retornar ao cargo "por meios pacíficos e pelo diálogo". Para Amorim, não haveria outro caminho a não ser a oferta de abrigo. A decisão, a seu ver, teve "relativo êxito", uma vez que não se registrou até o momento nenhum ato de violência dos seguidores de Zelaya.

– Fizemos a coisa certa. Tínhamos duas possibilidades: ou dar a ele proteção ou dizer-lhe não, dizer que fosse embora – afirmou.

Segundo Amorim, caso a embaixada não houvesse acolhido o presidente deposto, ele poderia ter sido preso ou morto pelo novo regime do país. O ministro informou ainda que tem tentado mobilizar a Organização dos Estados Americanos (OEA) e sobretudo a Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de buscar uma solução negociada para a crise em Honduras, uma vez que a ONU teria "mais capacidade de implementar medidas" que a OEA. Ele disse ter tido a especial preocupação de pedir ao Conselho de Segurança da ONU que se manifestasse sobre a inviolabilidade da embaixada brasileira, que chegou a ser ameaçada pelo governo "de fato" de Honduras.

Segundo Amorim, mesmo em caso de ruptura de relações diplomáticas ou até de guerra, não podem ser



Celso Amorim (E) e Eduardo Azeredo na CRE

desrespeitadas as imunidades diplomáticas. O ministro afirmou ainda que o abrigo a Zelaya na embaixada ajudou na reabertura do diálogo para a solução da crise política em Honduras. O Brasil defende a busca de uma solução "rápida e pacífica", caso contrário, advertiu Amorim, serão rapidamente realizadas, pelo governo "de fato", eleições cuja legitimidade tem sido contestada pela comunidade internacional.

## CRE reitera apelo por intervenção no caso hondurenho

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu ontem reiterar seu apelo à comunidade internacional, ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) para que "intervenham positivamente no conflito hondurenho".

Em novo requerimento, a CRE expressa repúdio ao cerco policial à embaixada do Brasil em Tegucigalpa adotado pelo governo "de fato" de Honduras em represália

à presença do presidente afastado daquele país, Manuel Zelaya.

O documento pede ainda que a comunidade internacional intervenha, a partir das "relevantes contribuições" do Plano Oscar Arias.

Um primeiro requerimento havia sido aprovado na semana passada pela CRE e enviado ao Plenário. Mas o texto retornou à CRE, por solicitação de senador Heráclito Fortes (DEM-PI), para quem novos fatos ocorridos após a votação inicial justificariam a elaboração de uma nova versão do texto.

Na nova versão, reitera-se o "veemente repúdio" ao cerco à embaixada e manifesta-se a "consternação" com as violações do direito à livre manifestação dos partidários de Zelaya e com a violação da liberdade de imprensa. A comissão adverte ainda que a vida de Zelaya "e dos demais abrigados" na embaixada deve ser preservada "a todo custo". Cerca de 60 pessoas estão no prédio, segundo estimativas do governo brasileiro.

O novo texto é de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

## Efraim: "Itamaraty agiu de maneira contraditória"



Efraim Morais

Efraim Morais (DEM-PB) acusou o Itamaraty de haver se tornado "seletivo" na aplicação do princípio diplomático da não intervenção.

Para o senador, a diplomacia brasileira, ao decidir tomar posição em favor do presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, agiu de maneira contraditória em relação a outras

posturas assumidas internacionalmente, como quando o presidente Lula reconheceu a vitória do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, nas eleições realizadas no país.

Efraim considerou também parcial o fato de o Itamaraty não haver reclamado de o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ter cedido suas bases navais para os russos, mas protestado quando a Colômbia fez o mesmo em relação aos Estados Unidos.

– O que se constata, e aí é que entra o fator ideológico, é que vigora na diplomacia brasileira um princípio seletivo na adoção do critério de não intervenção em assuntos da economia interna dos países com os quais mantemos relações – disse.

Segundo Efraim, o Itamaraty "autorizou Zelaya a ocupar a embaixada e transformá-la em escritório político", utilizando-a, conforme disse, para conchamar seus aliados a derrubar o governo provisório.

– Não sabemos quais serão os desdobramentos da crise, que pode derivar até para uma guerra civil, o que será trágico para nós também, pela responsabilidade de a termos incitado – alertou.

## Jereissati é contra ingresso da Venezuela no Mercosul

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentará amanhã à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) relatório com voto contrário à adesão da Venezuela ao Mercosul. No texto encaminhado ontem à comissão, ele admite o grande potencial econômico do possível ingresso do novo sócio no Mercosul, mas faz duras críticas ao processo institucional na Venezuela.

Relator do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 430/08, que aprova o protocolo de adesão, firmado em julho de 2006, em Caracas, Jereissati diz que não há como ignorar a legitimidade das eleições que levaram ao poder o presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Ele observa, no entanto, que não se pode dizer o mesmo em relação à legitimidade do processo eleitoral como um todo.

O relator diz que "políticos são proibidos de concorrer, candidatos de oposição são praticamente impedidos de governar e mudanças políticas e no processo eleitoral são promovidas para privilegiar a eleição de candidatos comprometidos com o projeto chavista". Além disso, ressaltou, Chávez governa seu país "de forma quase ditatorial", uma vez que conta com um Congresso "totalmente submetido a seus interesses". O senador afirma que seu relatório busca enfoques objetivos que propiciem uma decisão técnica, "baseada em uma visão racional".



Tasso Jereissati

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Crédito de R\$ 1 bi para municípios

O Congresso Nacional reúne-se às 10h30 para votar o projeto de lei do Congresso (PLN 62/09) que abre crédito especial ao Orçamento da União, em favor de estados e municípios, no valor de R\$ 1 bilhão. Para as 11h, é prevista sessão do Senado em comemoração ao 45º aniversário do Ipea e, às 14h, tem início a sessão deliberativa.

### Acordo entre Anvisa e universidades

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) se reúne, às 8h30, para discutir, entre outras propostas, projeto que trata da cooperação institucional entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e as instituições de ensino universitário e de pesquisa mantidas pelo poder público.

### Mudança de regras no Conselho de Ética

Às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), analisa, entre os 46 itens da pauta, projetos que mudam as regras de funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Outro projeto determina o estabelecimento de cronogramas de nomeação nos editais de concursos públicos. Proposta de criação do Fundo para Segurança nas Fronteiras também está na pauta.

### Uso de películas automotivas

A Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência pública, às 10h, para debater projeto que modifica o Código de Trânsito Brasileiro, com o objetivo de regular o uso nos veículos de películas de proteção contra raios solares. Participam, entre outros, o diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Alfredo Peres, e o professor de Direito de Trânsito Marcelo Araújo.

### Presidente do TCU encontra-se com Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h30, o presidente do TCU, Ubiratan Aguiar; às 12h, servidores da Polícia Legislativa da Casa; às 12h30, o presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Cota; e às 12h45, o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho Lourival Santos.

### Debate sobre financiamento estudantil

A Comissão de Educação (CE) realiza audiência pública, às 10h, para discutir o endividamento e a alta taxa de inadimplência por parte dos estudantes do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). Participam representantes do governo e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

### CPI da Pedofilia toma depoimentos

Grupo de trabalho da CPI da Pedofilia ouve, às 14h, entre outros, o prefeito de Sebastião Barros (PI), Geraldo Eustáquio Machado, o presidente da câmara da cidade, Joedson Amaral, e o presidente da Câmara Municipal de Corrente (PI), Raimundo Vieira.

### Cidades turísticas sem presídios

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne, às 9h, para analisar, entre outros itens na pauta, projeto que proíbe a instalação de presídios em cidades turísticas.

### Marco regulatório para biocombustíveis

Às 14h30, grupo de trabalho da Comissão de Infraestrutura (CI) se reúne para debater marco regulatório dos biocombustíveis, com participação de representantes do governo e da Petrobras.

## INDICAÇÃO DE TOFFOLI PARA STF RECEBE APOIO

Os procuradores-gerais de 15 agências reguladoras e autarquias federais enviaram carta aberta aos senadores apoiando a indicação do advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. A carta foi lida em Plenário por Sérgio Zambiasi (PTB-RS). No documento, os procuradores afirmam que testemunharam "os sólidos conhecimentos jurídicos" do advogado-geral. Toffoli será sabatinado hoje na CCJ. Gilvam Borges (PMDB-AP) também fez elogios em Plenário ao indicado e disse que Toffoli está qualificado para o Supremo.

## TCU RECOMENDA PARALISAÇÃO DE 41 OBRAS

Será entregue hoje ao presidente do Congresso, José Sarney, o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as fiscalizações em obras realizadas neste ano pelo órgão. De um total de 219 obras auditadas, 41 receberam recomendação de paralisação por apresentarem irregularidades graves, inclusive 13 obras que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Batizado de Fiscobras, o relatório será entregue pelo presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar, e pelo ministro Aroldo Cedraz, relator do processo. O documento deverá ser encaminhado também à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

## SENADORES HOMENAGEIAM ALBERTO SILVA

O deputado federal Alberto Silva, que morreu na segunda-feira aos 90 anos, foi homenageado ontem em Plenário pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Mão Santa (PSC-PI) e Inácio Arruda (PCdoB-CE). Todos destacaram a trajetória do político que governou seu estado por duas vezes e foi senador e conselheiro da República.

"Morreu o melhor filho do Piauí, um exemplo de trabalho, um exemplo de amor à família, ao seu estado e à sua gente", declarou Mão Santa. Em apartes, vários senadores se associaram às homenagens.



O deputado Dr. Rosinha (no fundo, à esquerda) entrega o documento a Sarney

## Sarney recebe manifesto em defesa dos sem terra

Uma semana depois de ter defendido em discurso o Movimento dos Sem Terra (MST) e recomendado uma reflexão sobre a questão fundiária no Brasil, o presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem um manifesto em defesa do MST.

O documento foi entregue por senadores e deputados do PT, do PCdoB e do PSOL, e por representantes de organizações de defesa dos pequenos produtores rurais, entre eles o bispo emérito de Goiás dom Tomás Balduino. O manifesto é assinado por dezenas de representantes de organizações que defendem o direito à terra.

Ao receber o documento, o senador voltou a afirmar que os brasileiros precisam fazer uma reflexão sobre os problemas do

campo e lamentou que a sociedade não tenha atualizado sua legislação sobre o assunto.

– Não fomos capazes de superar a imensa injustiça existente no campo – disse Sarney.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário o texto do manifesto em defesa do MST, que leva a assinatura de intelectuais como a socióloga Heloísa Fernandes e o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio.

O documento critica a criminalização do MST, reivindica o cumprimento das normas constitucionais que definem as terras destinadas à reforma agrária e defende a adoção imediata dos novos critérios de produtividade para fins de desapropriação de terras destinadas à reforma agrária.

## Líderes não querem servidores do Senado em escritórios estaduais

Os líderes do DEM e do PSDB, José Agripino (RN) e Arthur Virgílio (AM), solicitaram ontem que a Mesa do Senado revogue decisão do dia 24 deste mês, por meio da qual os líderes partidários são autorizados a manter três funcionários em seus escritórios estaduais. Agripino disse ter levado a questão ao presidente da Casa, José Sarney, que teria se comprometido a submeter o tema à rediscussão do colegiado.

Para Agripino, tal decisão, da qual ele reafirmou não ter tomado conhecimento antes do anúncio oficial, compromete o trabalho de reconstrução da imagem do Senado.

De acordo com a nota emitida pela Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado no dia 25, a decisão de autorizar a permanência de funcionários em escritórios estaduais atendeu a apelo feito por sete líderes.

Também Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem carta encaminhada ao presidente do Senado, José Sarney, na qual recomenda revogação desse ato da Mesa

diretora.

Suplicy parabenizou a Mesa pela extinção de 511 cargos efetivos do quadro de pessoal, que estavam vagos. E observou que a medida não tem efeitos práticos no momento, mas impede que, no futuro, esses cargos sejam ocupados.

## Ofício

Osmar Dias (PDT-PR) leu ofício que ele assinou em conjunto com Raimundo Colombo (DEM-SC) retirando suas assinaturas da proposição que autorizou a lotação, nos escritórios de apoio nos estados, de servidores comissionados dos gabinetes da Mesa e das lideranças.

Osmar Dias explicou que tanto ele quanto Raimundo Colombo somente assinaram o documento do qual agora retiraram apoio em virtude de o líder do PSB, Antônio Carlos Valadares (SE), ter informado que o teor era consenso e todas as demais lideranças também assinariam. Osmar assinou como líder do PDT, e Raimundo Colombo como líder da Minoria.

## Congresso examina crédito de R\$ 1 bi para municípios

Sarney marca reunião após acordo de líderes partidários. Votação deve encerrar desobstrução promovida por opositoristas no Senado e na Câmara dos Deputados

O PROJETO DE Lei que abre crédito especial ao Orçamento da União, em favor de estados e municípios, no valor de R\$ 1 bilhão, deverá ser votado hoje pelo Congresso Nacional.

A reunião foi marcada pelo presidente do Congresso, José Sarney, depois que os líderes partidários chegaram a acordo sobre o exame da matéria (PLN 62/09).

Ontem, vários senadores discursaram pedindo que o projeto fosse votado logo. Eles argumentaram que os municípios estão sofrendo muito com a crise financeira, agravada pela queda nos repasses mensais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e que o novo crédito vai amenizar suas dificuldades.

Os líderes do Democratas, José Agripino (RN), e do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciaram na semana passada que obstruiriam todas as votações no Plenário do Senado até que a proposta fosse votada.

## Repases

O projeto foi apresentado pelo Executivo com o objetivo



Alvaro (E) discursa em Plenário, ao lado de Virgílio, Garibaldi e Efraim (D)

de recompor os repasses do FPM às prefeituras, reduzidos sobretudo em razão da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedido pelo governo a vários produtos.

Os líderes do DEM e do PSDB reiteraram que não apreciariam nenhuma outra matéria enquanto o PLN 62 não for votado. José Agripino observou que, quanto menor o município, mais grave a situação.

– Não cabe negociação nessa matéria – salientou Agripino.

Virgílio disse ver na crise dos municípios a "deliberada

intenção política de manter os prefeitados de pires nas mãos".

Garibaldi Alves (PMDB-RN) afirmou que os prefeitos de seu estado estão "alarmados".

– Quem tem viajado o interior sabe muito bem o drama por que passam os municípios. Muitos estão fechando as portas como forma de protesto – assinalou Garibaldi.

Também cobraram a aprovação do projeto os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Alvaro Dias (PSDB-PR), César Borges (PR-BA), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Efraim Moraes (DEM-PB).



Exedito Júnior espera que Câmara vote transferência de servidores

## Exedito cobra benefício para servidor de RO

O senador Exedito Júnior (PSDB-RO) disse esperar que o projeto que destina R\$ 1 bilhão aos municípios seja aprovado na sessão de hoje do Congresso. Assim, acrescentou o senador, a oposição desobstruirá as votações nas duas Casas e a proposta de emenda à Constituição (PEC 483/05) que transfere os servidores do ex-território de Rondônia para os quadros da União poderá ser votada na Câmara.

Exedito Júnior também registrou sua filiação ao PSDB, na sexta-feira, em Porto Velho.



Osmar Dias defende votação de proposta que apresentou em 2005

## Osmar Dias propõe repasse maior a estado e município

Os fundos de participação dos estados e dos municípios poderão ter seus valores aumentados com 10% do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção de domínio econômico. É o que propõe Osmar Dias (PDT-PR) por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 50, de 2005.

Ontem, Osmar pediu a votação da PEC, que, disse, fará com que a União repasse um valor adicional de R\$ 20 bilhões, levando em conta a arrecadação de 2008 com contribuições.



Municípios precisam das verbas para honrar compromissos, diz Lúcia Vânia

## Segundo Lúcia Vânia, prefeituras estão "na penúria"

Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez um apelo para que o Congresso vote o mais rápido possível o projeto que abre crédito especial ao Orçamento, em favor de estados e municípios, no valor de R\$ 1 bilhão. A senadora disse que há cidades "na penúria, sem dinheiro para honrar compromissos". Ela informou que esteve em Nova Iguaçu de Goiás, onde constatou que a prefeitura recebeu apenas R\$ 18 mil de repasses do FPM e, mesmo assim, terá de repassar R\$ 34 mil para a Câmara de Vereadores.



Sarney (D) se reúne com Defourny (C), da Unesco, Bárbara Santana e senadores

## Defesa da ciência para a paz une Senado à Unesco

As duas instituições vão promover juntas atividades comemorativas do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, em 10 de novembro

O REPRESENTANTE NO Brasil da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Vincent Defourny, e o presidente do Senado, José Sarney, firmaram ontem parceria em torno do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, celebrado anualmente em 10 de novembro.

O propósito do Senado e da Unesco é trabalhar para que a data sirva para conscientizar sobre a importância de a ciência e a tecnologia estejam a serviço da paz no planeta.

Senado e Unesco deverão mobilizar estudantes brasileiros em torno da causa, por meio de concursos de redação, cartazes, feiras de ciência, exposições e outros recursos. Também buscarão o engajamento da comunidade científica nas comemorações da data, com a participação de personalidades.

Outra ideia é instituir menção

honrosa, a ser conferida anualmente a cidadãos brasileiros e instituições nacionais de destaque. Ficou também estabelecido que Senado e Unesco constituirão grupo de trabalho permanente voltado à realização desse compromisso.

Ficou acertado que, no dia 12 de novembro, seis comissões permanentes do Senado se reunirão em audiência pública para debater o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

Participaram da solenidade os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Gerson Camata (PMDB-ES), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), José Nery (PSOL-PA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Gilberto Goellner (DEM-MT), além de Bárbara Ribeiro Santana, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia.

## Sarney pede mais investimento em ciência e tecnologia no país

Assinar com a Unesco compromisso de parceria institucional para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que um dos pontos de estrangulamento que o país enfrenta hoje é o desenvolvimento tecnológico. Ele salientou que os investimentos nessa área não estão à altura das necessidades do Brasil.

Um país não chegará a ser uma potência política, militar ou econômica se não for uma potência tecnológica – disse.

O mundo do futuro, observou, não será de grandes ou de pequenos países, mas de cooperação entre países que dominam ou não a tecnologia. Segundo Sarney, a ciência, mais que as teorias políticas, ajudou a Humanidade a avançar no curso da história. De acordo com o senador, as descobertas científicas

sobre as infecções bacterianas e a forma de tratá-las fizeram mais pela Humanidade do que qualquer utopia construída pelo homem para tentar melhorar a vida das sociedades.

Na verdade, as teorias políticas que foram desenvolvidas no mundo, ao longo da história da civilização, foram incapazes de melhorar a qualidade de vida com a mesma eficácia que teve a ciência.

O representante da Unesco no Brasil, Vincent Defourny, disse que a Unesco pretende chamar a atenção do mundo para temas que muito podem fazer pela melhoria das condições de vida no planeta.

É particularmente importante obter a certeza de que o Senado brasileiro quer usar a ciência para a paz e para o desenvolvimento. Isso tem tudo a ver com o objetivo fundamental da Unesco – disse Defourny.

Participantes de audiência pública sobre a política de telecomunicações recomendam modelo que atenda à demanda do país. Senadores sugerem autonomia orçamentária das agências reguladoras

## Especialistas defendem plano nacional de banda larga

A ELABORAÇÃO DE um plano nacional de banda larga foi defendida ontem pelos participantes de audiência pública no Senado sobre o tema “Telecomunicações, acessibilidade, TICs e inovação”. O presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (Telcomp), Luis Cuza, sugeriu que o plano leve em conta o crescimento do país e não apenas metas de acesso a toda a população.

Promovido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) em conjunto

com a de Ciência e Tecnologia (CCT), esse foi o sétimo painel da Agenda 2009/2015 – Desafios Estratégicos Setoriais, que a CI realiza desde o início do ano.

O diretor de Estratégia e Regulação da Telefônica, Maurício Giusti, também destacou a importância de estabelecer, de forma rápida, um plano de banda larga que atenda à demanda existente no país.

O presidente do Instituto de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Luiz Schymura, propôs

que a política para incrementar a acessibilidade no setor tenha por base a análise dos custos envolvidos, quais serão os beneficiários e de que forma eles serão beneficiados.

O representante da Anatel, Jarbas José Valente, informou que o órgão aprovou, em 2008, um plano para atualização das ações de telecomunicações, contemplando metas de curto, médio e longo prazos até 2018. Atualmente, disse o representante da agência, cerca de 35 mil escolas, de um total de 64 mil, já foram atendidas.

### Educação

Para o presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, senador Fernando Collor (PTB-AL), a decisão do governo de disseminar a banda larga para a área de educação é fundamental, porque, como observou, falar em educação sem ter esse instrumento tecnológico de inclusão digital é impossível.

O ciclo de debates é coordenado por grupo de trabalho formado por Delcídio Amaral (PT-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Gim Argello (PTB-DF).

## Senadores defendem atuação independente das agências

Na audiência pública, os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Eliseu Resende (DEM-MG) e Fernando Collor (PTB-AL) defenderam a atuação independente das agências reguladoras e a garantia de recursos orçamentários sem contingenciamento para seu funcionamento.

Eliseu Resende afirmou ser necessário que o Brasil tenha uma política pública para o setor de telecomunicações por meio de marcos regulatórios bem definidos.

Fernando Collor disse que as agências devem ter tratamento prioritário, porque não são órgãos de governo, mas sim de Estado, e, dessa forma, precisam ter autonomia financeira para defender o consumidor.

Por sua vez, Delcídio Amaral ressaltou a importância da segurança jurídica para os investimentos no setor trazida pela Lei Geral de Telecomunicações e questionou os participantes da



Delcídio Amaral: “Um dos grandes entraves é a questão orçamentária”

audiência sobre a necessidade de aperfeiçoamentos no marco legal. Ele reconheceu ainda os avanços obtidos no setor desde 1997.

“[As agências devem ser] autônomas, independentes, com gente competente no comando e, ao mesmo tempo, com orçamento. Um dos grandes entraves é a questão orçamentária. Nós aprovamos a autonomia, os recursos, mas o orçamento é contingenciado.”



Dirigindo a audiência pública, Fernando Collor (C), presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, entre os debatedores Maurício Giusti, Luiz Schymura, Luis Cuza e Jarbas Valente

## Estudante pode ter que optar por vaga em universidades

Um mesmo estudante não poderá ocupar, ao mesmo tempo, duas vagas de cursos de graduação em instituições públicas de ensino superior. Já adotada por muitas universidades públicas, essa proibição poderá ser regra estipulada em lei, como previsto em projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação em decisão terminativa.

Pelo projeto (PLC 42/09), que segue à sanção presidencial, se o aluno aprovado nos vestibulares fizer mais de uma matrícula, terá prazo de até cinco dias úteis para optar por uma das vagas. Caso não haja manifestação dentro desse prazo, o estabelecimento providenciará o cancelamento da matrícula mais antiga, caso a duplicidade ocorra em instituições diferentes, ou da mais recente, se forem matrículas em cursos de uma mesma instituição.

O projeto foi apresentado pelo deputado Maurício Randís (PT-PE). Para o relator na CE, Augusto Botelho (PT-RR), a medida é justa diante das “notórias” dificuldades que o poder público enfrenta para possibilitar o acesso à educação superior aos que reivindicam esse ingresso.

O senador disse que ouviu a opinião de diversos reitores de universidades, e o relato foi de que alunos aprovados em mais de uma universidade pública fazem matrícula em todas, mas acabam cursando apenas uma, gerando ociosidade de vaga que poderia ter sido ocupada por outro estudante.

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) votou contra a proposta.

## Professores devem ser preparados para identificar efeitos de maus-tratos

Segundo projeto de Cristovam aprovado pela CE, cursos de pedagogia e de professores para a educação básica devem oferecer conteúdos que auxiliem futuros profissionais no combate à violência contra crianças e adolescentes, muitas vezes praticada no próprio ambiente doméstico

CURSOS DE FORMAÇÃO de professores da educação básica e de pedagogia devem oferecer conteúdos que permitam aos futuros profissionais da área identificar, em crianças e adolescentes,

mas apenas propor mais um mecanismo no Estatuto da Criança e do Adolescente que ajude no combate a atos de violência contra menores.

Como observa o senador, o estatuto já prevê pena administrativa de três a 20 salários mínimos, que pode ainda ser duplicada em caso de reincidência, ao médico, professor ou responsável por estabelecimento de saúde ou creche que deixar de comunicar às autoridades casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra crianças

e adolescentes.

O projeto não impõe a criação de uma nova disciplina nos cursos, salienta Cristovam. Segundo ele, cada instituição de ensino terá a liberdade de decidir a forma mais adequada de cumprir a orientação curricular para a abordagem do novo conteúdo.

A matéria já havia sido aprovada na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Na CE, a proposta foi relatada por Fátima Cleide (PT-RO) e aprovada em decisão terminativa. A senadora

aproveitou as duas emendas que haviam sido acolhidas na primeira comissão. Fátima Cleide citou em seu relatório dados da Organização das Nações Unidas (ONU) com o registro, entre 2003 e 2007, de nada menos que 76.568 denúncias de violência contra crianças no Brasil, a maioria com envolvimento de pessoas da família – em 81,3%, os pais foram identificados como responsáveis.

A matéria deve ir agora para exame na Câmara dos Deputados.



Zambiasi, Cavalcanti, Tuma, Flexa Ribeiro, Wellington e Osvaldo Sobrinho (D) em reunião da CE que aprovou projeto impedindo estudante de ocupar simultaneamente duas vagas em universidades públicas

## Geriatría em todos os cursos de Medicina

Projeto aprovado pela Comissão de Educação determina a inclusão obrigatória de uma disciplina de geriatria na grade curricular das faculdades de Medicina, com carga horária não inferior a 120 horas.

O autor da proposta (PLS 231/09),

José Agripino (DEM-RN), argumenta que o país experimenta um rápido crescimento na população de idosos, sem condições de ser assistida adequadamente pelos serviços de saúde. O senador registra que o número de pessoas com mais de 60 anos, nos

últimos dez anos, avançou em 47,8%. Enquanto isso, o crescimento total da população foi de 21,6%. No que diz respeito aos profissionais da área de geriatria, ele diz que, além do número insuficiente, a maioria está concentrada na região Sudeste.

Segundo a relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), as universidades não estão preparando profissionais especializados para assistência aos idosos, seja em número ou em qualidade. A matéria foi examinada em decisão terminativa e deve seguir para a Câmara.

## Lula veta restrições a debates com candidatos na internet

Foi sancionado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva o projeto que altera a Lei Eleitoral. Três itens foram vetados, entre eles o que obrigava os sites a convidar para debates todos os candidatos a um mesmo cargo. Já as emissoras de rádio e TV continuam sendo obrigadas a convidá-los, mas poderão realizar debates com a concordância de dois terços deles.

Os outros dois vetos referem-se ao parcelamento de multas eleitorais e à dedução do Imposto de Renda para emissoras de rádio e TV em relação à veiculação da propaganda eleitoral gratuita.

Entre as mudanças aprovadas pelo Congresso, está a liberdade de expressão na internet. Será permitido o uso da rede de computadores para propaganda e para arrecadar recursos, inclusive por meio de cartão de crédito.

Pelas novas regras, que já valem para as próximas eleições, em 2010, os candidatos poderão pedir votos na internet a partir do dia 5 de julho do ano das eleições. Porém, fica livre toda manifestação de pensamento mesmo antes da campanha e até o seu final.

As páginas da internet poderão pertencer aos candidatos,

partidos políticos ou coligações, desde que o endereço seja comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor no Brasil. Foi mantida a liberdade dos sites e blogs para expressar a opinião sobre os candidatos, ressaltado o direito de resposta e a proibição do anonimato. Assim, qualquer cidadão poderá expressar sua opinião sobre as eleições em páginas pessoais e em sites como o Orkut e o Twitter.

### Propaganda

A propaganda paga nos jornais impressos continuará permitida até dois dias antes das eleições, mas o número de anúncios fica limitado a dez por veículo, em datas diferentes, por candidato.

As novas regras também facilitam iniciativas de apoio a campanhas eleitorais, como cessão de imóvel para funcionamento de comitê de candidato. Foi fixado em R\$ 50 mil o valor da doação relativa a uso de bens móveis ou imóveis de pessoa física para um candidato ou um partido político. Até então, o limite para doações era fixado em 10% dos rendimentos brutos ganhos pelo doador no ano anterior a das eleições.



Senador diz que governo aplicou apenas 13% do orçamento da área



Augusto Botelho explica que medida beneficia agricultores familiares

## Zambiasi: gasto com prevenção de desastres é baixo

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou ontem que, apesar das constantes tragédias climáticas que ocorrem principalmente no Sul do país, as autoridades públicas dos âmbitos federal, estadual e municipal continuam gastando mais com ações pós-desastres do que com medidas preventivas.

Ele assinalou que, segundo a organização não governamental (ONG) Contas Abertas, o governo federal gastou apenas 13% do orçamento autorizado este ano para o programa de prevenção e preparação para emergências e desastres.

Por enquanto, dos R\$ 546,6 milhões previstos para 2009, apenas R\$ 72,5 milhões foram aplicados até o último dia 10. Enquanto isso, com o programa de resposta aos desastres, que recebe recursos após a ocorrência dos problemas, o governo federal, por meio dos ministérios da Integração Nacional, da Defesa e da Agricultura, já gastou R\$ 1,1 bilhão este ano, montante quase 15 vezes superior ao aplicado com o programa de prevenção – destacou.

## Augusto anuncia doação de ovinos em Roraima

O senador Augusto Botelho (PT-RR) anunciou ontem ter conseguido a liberação de R\$ 2,5 milhões referentes a emenda orçamentária de sua autoria para a aquisição de mais de 7 mil ovinos, que serão doados aos agricultores familiares de Roraima. Ele acrescentou que os animais foram comprados na Bahia e em Sergipe e já cumprem quarentena, confinados em Roraima.

Tenho certeza que fizemos ótimas aquisições. Os recursos são provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por isso são voltados para pessoas mais necessitadas. Nosso objetivo é que essas famílias melhorem suas condições de alimentação e de vida – afirmou.

Augusto disse que mais de mil produtores serão beneficiados com as doações. Ele explicou que cada família receberá seis fêmeas, um macho, sal mineral, vacinas e vermífugo por um ano. Esses produtores também farão um curso de 40 horas, ministrado por técnicos da Secretaria de Agricultura de Roraima.

Projeto aprovado pela Comissão de Agricultura torna mais explícita legislação visando evitar que produtor rural endividado perca instrumentos necessários à sua atividade

# Máquinas agrícolas livres de penhora para pagar dívidas

MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E implementos agrícolas pertencentes a produtor rural não poderão sofrer penhora judicial. É o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O texto, porém, faz exceção aos equipamentos dados em garantia para



Proposta foi apresentada pelo senador Pedro Simon



Relator na CRA, Valter Pereira (à esq., ao lado de Gilberto Goellner) concordou em manter texto original

o seu próprio financiamento ou que respondam por dívida de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária.

Do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto (PLS 151/08) modifica o Código de Processo Civil. Segundo o autor, a lei já prevê a impenhorabilidade de "livros, máquinas, ferramentas, utensílios, instrumentos e outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão", mas no entendimento dos credores, essa norma "só tem alcançado as atividades profissionais urbanas, deixando de lado os direitos do

homem do campo", segundo explica Simon.

– A despeito da jurisprudência favorável do Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu a impenhorabilidade do trator usado pelo produtor rural como ferramenta necessária para o seu mister profissional, continuam os bancos, credores do homem do campo, a promover execuções em que tratores, máquinas e demais implementos agrícolas são penhorados, no mais das vezes com o uso da força policial – justifica Simon.

O relator da matéria, senador Valter Pereira (PMDB-MS), havia

apresentado um texto alternativo à matéria, mas, convencido por Simon, optou por apresentar parecer favorável à aprovação do projeto sem alteração.

A CRA também aprovou solicitação para que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria no Ministério do Desenvolvimento Agrário e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O objetivo é fiscalizar os procedimentos sobre os repasses de recursos públicos para movimentos sociais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

## Desmatamento do Cerrado preocupa pesquisador

O coordenador do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás (UFG), Laerte Guimarães Ferreira, apresentou, no seminário "O Cerrado é nossa casa", sistema de monitoramento sistemático do bioma. Os dados, conforme alertou, reforçam a urgência de um combate ao desmatamento por parte de autoridades e da sociedade civil. Calcula-se que cerca de metade da área do bioma já tenha sido desmatada.

O seminário foi realizado ontem, no Interlegis, por iniciativa do programa Senado Verde. Participaram, entre outros, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o pesquisador José Felipe Ribeiro, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a consultora legislativa Carmen Scavazzini e o vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuero Doca Veronez.



Scavazzini e Assuero em seminário do Senado Verde

## Serys faz apelo contra devastação do bioma



Serys Slhessarenko

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) alertou para o "intenso processo de desmatamento e degradação, acentuado nos últimos anos", que vem sofrendo o Cerrado. Ela ressaltou que "não se pode evitar a exploração da região, já que isso não seria uma atitude lúcida, mas também não se pode permitir a sua exploração descontrolada".

Serys destacou que o tema foi abordado no seminário "O Cerrado é nossa casa", promovido pelo Senado. Lembrou que o Cerrado é o segundo maior bioma do país, ocupa quase um quarto do território nacional, com área aproximada de 2 milhões de km<sup>2</sup>. Observou ainda que a região ostenta uma "riquíssima" flora, com mais de 10 mil espécies de plantas, e cerca de 5% da biodiversidade do planeta.

– O Cerrado é um dos biomas mais complexos e importantes do Brasil, mas infelizmente tem sido negligenciado, destruído e explorado de forma irreparável – lamentou.

A senadora também destacou a importância da região como "caixa d'água do continente sul-americano", concentrando as nascentes de importantes bacias hidrográficas.

## Debate sobre agrotóxicos, Fundo Amazônia e gestão do Senado

O controle de resíduos tóxicos em alimentos, a implementação do Fundo Amazônia e problemas na gestão do Senado serão temas de audiências públicas na Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Os requerimentos propondo a realização dos debates foram aprovados ontem, quando também foram acolhidas as solicitações de diligência no município de Tailândia (PA) e de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

A audiência sobre o controle de níveis de agrotóxicos presentes em produtos de origem vegetal, marcada para 3 de novembro, será conjunta com as comissões de Agricultura (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT). Pelo requerimento de Gilberto Goellner (DEM-MT), serão convidados os ministros da Agricultura, do Meio Ambiente e da Saúde, além dos diretores da Anvisa, do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag) e da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

O debate sobre as perspectivas e os desafios para a implementação do Fundo Amazônia –

destinado a combater o desmatamento predatório na região, por meio do financiamento de ações não reembolsáveis que promovam desenvolvimento sustentável – foi requerido por Jefferson Praia (PDT-AM). O senador sugere que sejam convidados representantes do BNDES, do grupo de gestão do fundo e dos ministérios das Relações Exteriores, de Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

A audiência sobre os problemas administrativos e de gestão do Senado foi requerida por Renato Casagrande (PSB-ES). Serão convidados o 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), e o diretor-geral, Haroldo Feitosa Tajra.

Com a finalidade de instruir a votação do PLC 50/06, em tramitação na CMA, foi aprovada a diligência no município paraense de Tailândia. O projeto estabelece que terrenos recebidos como pagamento de dívida previdenciária poderão ser transferidos para a União e convertidos em unidades de conservação.

Já a solicitação de auditoria no Senar sobre aplicações da contribuição compulsória arrecadada para promover a qualidade de vida do homem rural foi requerida por João Pedro (PT-AM).



João Pedro, Marina Silva e Jefferson Praia (D) na Comissão de Meio Ambiente

## Cícero Lucena é eleito presidente da Subcomissão da Copa de 2014

Os senadores Cícero Lucena (PSDB-PB) e César Borges (PR-BA) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da recém-criada Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente.

Farão parte do colegiado, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Renato Casagrande (PSB-ES) e João Pedro (PT-AM). Pela Maioria (PMDB e PP), Leomar Quintani-

lha (PMDB-TO) e Wellington Salgado (PMDB-MG); pela Minoria (DEM e PSDB), Cícero Lucena e Gilberto Goellner (DEM-MT), e pelo PTB, Gim Argello (DF).

João Ribeiro (PR-TO) e César Borges são suplentes do Bloco de Apoio ao Governo. Os suplentes da Maioria são os peemedebistas Valdir Raupp (RO) e Almeida Lima (SE) e os da Minoria são Flexa Ribeiro (PA), pelo PSDB, e Heráclito Fortes (PI), pelo DEM. O suplente pelo PTB é Sérgio Zambiasi (RS).

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Valdir Raupp • Jefferson Praia • Augusto Botelho • Antônio Carlos Valadares

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.  
CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Papaléo pede votação de projetos contra pedofilia



Papaléo Paes

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu celeridade na aprovação dos projetos oriundos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. Ele afirmou que a exploração sexual de crianças e adolescentes expande-se atualmente “de forma avassaladora” graças à difusão de novas tecnologias, como a internet, e ao aumento das viagens internacionais.

Papaléo informou que a comissão já apresentou 12 propostas que ampliam ou aprimoram a legislação atual como forma de aperfeiçoar o combate à pedofilia, entre elas o PLS 177/09, que aumenta as penas dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor quando a vítima for criança.

## Oswaldo Sobrinho enaltece Programa Antártico



Oswaldo Sobrinho

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) manifestou apoio ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar), coordenado pela Marinha do Brasil. O senador ressaltou como uma das grandes conquistas nacionais os 26 anos de continuada presença brasileira na Antártica, promovendo pesquisas científicas e tecnológicas.

Sobrinho disse que o Proantar conta com a colaboração de diversos ministérios, universidades, empresas públicas e privadas para proporcionar ao país conhecimentos fundamentais sobre fenômenos naturais que afetam, direta e indiretamente, a população brasileira e que têm a sua origem nas regiões polares.

## Aniversários de municípios do AC

Os aniversários de 105 anos dos municípios acreanos de Sena Madureira, comemorado no dia 25, e Cruzeiro do Sul, no dia 28, foram lembrados por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

– Eu queria me juntar ao povo de Sena Madureira e ao povo de Cruzeiro do Sul e festejar a existência daqueles dois municípios de gente brava, de gente corajosa, de gente trabalhadora – afirmou.

O senador informou ainda que a Universidade Federal do Acre (Ufac) necessita de recursos para a construção de um alojamento estudantil. Ele prometeu apresentar emenda ao Orçamento da União alocando verbas para esse projeto.



Medida compromete o planejamento das secretarias de Educação, diz Nery

## Nery critica corte de recursos do Fundeb

A portaria do Ministério da Educação que reduziu em 9,53% (R\$ 9 bilhões) a previsão dos recursos a serem transferidos aos municípios brasileiros pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb) foi considerado “inaceitável” por José Nery (PSOL-PA).

Nery anunciou que apresentou requerimento à Comissão de Educação para realizar audiência pública a fim de discutir os efeitos da portaria.

## Praia elogia edição especial de *Veja*

Edição especial da revista *Veja* sobre a Amazônia foi elogiada por Jefferson Praia (PDT-AM). O conjunto de matérias, disse o senador, dá enfoque para o fator humano e mostra a necessidade de oferecer ao habitante da região uma condição de vida digna e alternativas de economia que não dependam do desmatamento. “*Veja* levou seis equipes de repórteres e fotógrafos para a Amazônia por três meses. Eles passaram por seis estados e 52 cidades”, destacou.



Flexa Ribeiro defende seguro-desemprego na época do defeso

## Solução para catador de caranguejo

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu solução para os catadores de caranguejo do Pará, impedidos de exercer a atividade desde julho, quando o Ministério Público do estado proibiu a produção e a comercialização da massa do crustáceo por falta de higiene e de local adequado à preservação do produto. O senador propôs que os catadores recebam seguro-desemprego na época do defeso (período de reprodução dos animais), como acontece com os pescadores.

## Raupp pede aprovação de PEC

A aprovação da proposta de emenda à Constituição que trata da transferência para os quadros da União dos servidores do ex-território de Rondônia vai aumentar em mais de 15 mil o número de servidores federais no estado, disse Valdir Raupp (PMDB-RO).

Para o senador, a União não terá problema algum para pagar esses servidores, ao passo que o estado terá uma economia de R\$ 30 milhões a R\$ 40 milhões por mês.

A PEC 87/03, de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), foi aprovada no Senado em 2005. Raupp lembrou ter sido coautor da proposta e de ter ajudado, como líder do PMDB, a aprová-la na Casa. O projeto aguarda agora votação pela Câmara dos Deputados.

# Senado celebra dez anos da lei que pune compra de voto

Em sessão especial, parlamentares ressaltam que medida foi a primeira lei de iniciativa popular aprovada pelo Congresso e contribuiu para o combate à corrupção

O SENADO COMEMOROU ontem, em sessão especial, os dez anos da Lei 9.840/99, que pune a compra de votos e o uso eleitoral da máquina administrativa. Os parlamentares presentes à sessão salientaram que essa foi a primeira lei fruto de iniciativa popular aprovada pelo Congresso, além de ter sido um passo importante para o combate à corrupção no Brasil. Desde então, mais de 600 políticos, de vereadores até governadores de estado, foram cassados.

Somando-se a essa comemoração, entidades presentes à sessão solene, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – que também integram o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral –, trouxeram outra proposta de iniciativa da sociedade, desta

vez para vetar a candidatura, nas eleições, de pessoas com ficha suja. Foi recolhido mais de 1,3 milhão de assinaturas de eleitores para embasar a proposição. O pedido foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

A sessão especial foi feita a requerimento de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Ele citou declaração do então papa João Paulo II dizendo que a “democracia precisa da virtude, se não quiser ir contra tudo que pretende defender e estimular”. O parlamentar propôs ainda a punição exemplar não apenas dos vencedores de eleições que se utilizaram da compra de votos e de recursos da máquina pública, mas também dos que não conseguiram se eleger, mas usaram os mesmos instrumentos. Também discursaram Alo-

zio Mercadante (PT-SP), Romeu Tuma (PTB-SP), Marina Silva (PV-AC), José Nery (PSOL-PA) e Fátima Cleide (PT-RO).

## Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recomendou firmeza dos tribunais na execução da lei que pune a compra de votos. Sua preocupação é com o risco de os tribunais firmarem jurisprudência capaz de abrandar o rigor dessa lei.

Indagado sobre projeto de iniciativa popular destinado a impedir a candidatura de políticos com fichas sujas, Sarney afirmou que sempre apoiou providências como essa.

– Quero lembrar que quem primeiro apresentou, há mais de 40 anos, um projeto de lei para que os candidatos declarassem seus bens fui eu – disse Sarney.



À mesa, Antonio Carlos Bigonha, Tuma, Valadares, dom Dimas Lara Barbosa, Silvia Mara Leite e Francisco Whitaker

## Alerta para importância do voto consciente

Autor do requerimento para realizar sessão em comemoração aos dez anos da Lei da Compra de Votos, o senador Antônio Carlos Valadares destacou a importância da participação da sociedade na vida pública brasileira. Ele salientou que está ocorrendo, nas comissões temáticas do Senado, a discussão de novos instrumentos de reavaliação política que podem ser usados pelo povo, como o veto popular a uma lei que não seja considerada benéfica e a possibilidade de revogação dos mandatos políticos, conhecida como *recall*.

O senador José Nery lamentou que “não exista ainda, entre a população, educação e cidadania suficientes” para que o eleitor, ao receber a proposta

de compra de voto, acione a polícia ou o Ministério Público para decretar a prisão de quem pretende interferir no “sagrado direito de votar”. Já Augusto Botelho (PT-RR) aconselhou os cidadãos que recebem proposta de compra de votos a aceitarem o dinheiro oferecido, mas sem votar no candidato desonesto.

Marina Silva observou que a lei tem auxiliado no combate à corrupção e coibido o abuso do poder econômico que permitia o aliciamento de pessoas humildes. Ela frisou a importância do voto, enfatizando que é o “momento de exercício da liberdade”.

A senadora Fátima Cleide afirmou que tanto a compra do voto quanto o uso da máquina administrativa para fins

eleitorais mancham o sagrado exercício da vontade política do cidadão, que deve consistir em expressão livre e autônoma de sua consciência.

Aloizio Mercadante afirmou que o abuso do poder econômico só será combatido a partir da instituição do financiamento público de campanha e da aprovação de uma reforma eleitoral profunda. Romeu Tuma criticou o fato de a Corregedoria do Senado não ter poderes para investigar atos que firmam a ética cometidos por senadores anteriormente ao seu mandato parlamentar.

Os presidentes das entidades que compõem o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) também discursaram exaltando a importância da lei.

Projeto votado pela Comissão de Assuntos Econômicos tem o objetivo de financiar iniciativas que assegurem direitos sociais e promovam autonomia e integração

## Comissão aprova fundo para atendimento a idosos

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que institui o Fundo Nacional do Idoso. A ideia é financiar programas e ações relativos à população da terceira idade com vistas a assegurar direitos sociais e criar condições para promover a autonomia, a integração e a efetiva participação do idoso na sociedade.

De acordo com o projeto (PLC 161/08), de autoria do deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do Imposto de Renda anual as doações feitas à entidade, desde que não ultrapassem 1% do imposto devido. A proposta também autoriza a dedução no Imposto de Renda feita aos fundos municipais e

estaduais do idoso.

As fontes de financiamento do fundo serão as seguintes: recursos destinados ao Fundo Nacional de Assistência Social para aplicação em programas e ações relativos ao idoso; contribuições provenientes de dedução do Imposto de Renda devido feitas aos fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacional do Idoso; recursos que lhe forem destinados no Orçamento da União; contribuições de governos e organismos estrangeiros e internacionais; e o resultado de aplicações de seus recursos.

O projeto, que já recebeu parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), segue agora

para o Plenário do Senado.

### Terrenos da União

Na mesma reunião, a CAE aprovou projeto de Gerson Camata (PMDB-ES), com parecer favorável de Jefferson Praia (PDT-AM), que isenta foreiros e ocupantes de terrenos da União do pagamento de foro e de taxa de ocupação, nos casos em que incidir o IPTU.

Para Camata, a cobrança em conjunto do foro e do IPTU "atenta contra o princípio da justiça". Conforme informou, o impacto orçamentário com a aprovação da proposta é diminuto. O projeto vai a votação, em decisão terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Júlio Cezar, Isabelle Birem, Paulo Paim, Oto Maia, Xavier de Cabans, Maarten Van Sluys

## Grupo de trabalho deve facilitar entendimento no caso do voo 477

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai criar um grupo de trabalho para fortalecer o diálogo e facilitar o entendimento entre os parentes das vítimas do acidente com o voo 447 da Air France, ocorrido em 31 de maio, e a companhia aérea.

A sugestão foi apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e aceita pelos participantes da audiência pública da CDH sobre a assistência às famílias das vítimas. Ele disse que todos os envolvidos estão interessados em encontrar a melhor solução.

A diretora-geral para o Brasil da Société Air France, Isabelle Birem, informou que a empresa já pagou um adiantamento de 17.600 euros a cada família das vítimas, para que possam enfrentar as dificuldades financeiras até a liberação da indenização. Disse que são 2.100 parentes cadastrados, dos quais 770 da França, 410 do Brasil, 170 da Alemanha e 750 de outros países.

O diretor-executivo da Associação dos Familiares das Vítimas do Voo 447, Maarten Van Sluys, afirmou que muitas famílias, incluída a dele, não recebem in-

formações. Ele contestou a afirmação do subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Oto Agripino Maia, de que todas as famílias recebem comunicado sobre o andamento das questões relacionadas ao acidente.

Por sua vez, Oto Agripino Maia enfatizou que o Ministério das Relações Exteriores tem atuado como facilitador no processo de entendimento entre a Air France e as famílias das vítimas. Também o ministro-conselheiro da embaixada da França no Brasil, Xavier Lapeyre de Cabanes, afirmou que a obrigação do Estado francês é manter as famílias informadas e ajudá-las em suas necessidades de forma ágil.

O presidente da associação, Nelson Faria Marinho, afirmou que ainda há muitas falhas, citando como exemplo o limite de dez sessões psicológicas permitidas pela empresa Axa Seguros. A solicitação para ampliar o prazo será levada a discussão na seguradora, prometeu o seu representante, Julio Cesar da Cruz Costa. Na opinião do senador Paulo Paim, o pedido de mais tempo de atendimento psicológico é procedente.

Fotos: Márcio Volume



Integrantes da CAE aprovam realização de debates, além de projetos como o que beneficia ocupantes de terrenos da União

## Debate sobre proposta que reduz alíquota do IR

Senadores e representantes da Receita Federal vão debater a viabilidade de redução, de 27,5% para 25%, da alíquota máxima do Imposto de Renda (IR) incidente sobre os rendimentos das pessoas físicas. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao aprovar requerimento de Ideli Salvatti (PT-SC). A data do debate ainda será marcada.

A reunião é para instruir projeto (PLS 330/05) do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) que pede a redução. Ele lembrou que o aumento da alíquota de 25% para 27,5% sobre a maior faixa

de renda da tabela progressiva do Imposto de Renda, determinado para vigorar provisoriamente nos exercícios de 1998 e 1999, acabou estendendo-se até os dias de hoje.

O projeto estabelece ainda que estará isento do IR quem ganhar até R\$ 1.164 e estarão sujeitos a uma alíquota de 15% vencimentos mensais entre R\$ 1.164 e R\$ 2.326. Acima dessa faixa o texto propõe a alíquota máxima de 25%.

### Empréstimos

A CAE aprovou ainda requerimento do senador César Borges (PR-BA) propondo realização de

audiência pública para debater projeto (PLS 345/07) de Paulo Paim (PT-RS) que limita em 20% da remuneração ou do benefício disponível o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos e financiamentos a idosos que percebam até três salários mínimos mensais.

No debate, em data ainda a ser marcada, os membros da CAE também discutirão o projeto (PLS 276/07) de Valdir Raupp (PMDB-RO) que permite ao titular de benefício do INSS solicitar o bloqueio de seu registro, a fim de impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado.

## Adiados depoimentos sobre operação da PF

A reunião de ontem da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras – em que seriam colhidos depoimentos sobre a Operação Águas Profundas da Polícia Federal – foi transferida para a terça-feira da próxima semana.

O motivo do adiamento foi a ausência do delegado Cláudio Nogueira, da Polícia Federal, responsável pelas investigações de supostas fraudes na licitação da reforma de plataformas, e do procurador da República Carlos Alberto Gomes de Aguiar,

responsável pela apresentação da denúncia no Ministério Público.

O único a comparecer foi Ilton José Rosseto Filho, engenheiro de Petróleo sênior da estatal. Rosseto Filho era o engenheiro responsável da Petrobras à época das investigações.

Antes do encerramento da reunião, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou do presidente da CPI, senador João Pedro (PT-AM), e de seu relator, Romero Jucá (PMDB-RR), um redirecionamento dos trabalhos do

colegiado para que as questões suscitadas no requerimento de instalação possam ser de fato respondidas – a CPI da Petrobras investiga supostas irregularidades envolvendo a própria estatal e também a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

– Corremos o risco de ver um instrumento valioso, como a CPI, desmoralizado – afirmou.

Em entrevista, Jucá disse que todas as etapas do trabalho estão sendo cumpridas e que “tudo está sendo esclarecido”.

## Paim busca solução para fundo da Varig

Paulo Paim (PT-RS) declarou ontem que busca uma solução negociada junto ao governo para aposentados e pensionistas do Fundo Aerus, o fundo de pensão da extinta Varig. A dívida da empresa – que foi desmembrada e vendida – com o Aerus é de R\$ 4,3 bilhões.

– Quero dizer aos amigos do Aerus que não jogamos a toalha. Estamos firmes fazendo contatos com a Advocacia-Geral da União e fontes do governo para uma solução negociada ou mesmo para apelar de forma definitiva ao Supremo para que vote a matéria.

Paim assinalou ainda ter participado de reunião na Câmara para agilizar a votação dos projetos de interesse dos aposentados, como o que dá fim ao fator previdenciário (PL 3.299/08) e o que garante a aposentados e pensionistas do INSS o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo até 2023 (PL 1/07).

Paim mencionou também projeto de sua autoria (PLS 178/09) que está para ser votado na Comissão de Educação (CE) e visa criar a cultura da paz nas escolas e comunidades adjacentes.

## Valter Pereira quer punição para donos de cães perigosos

Ao comentar casos de ataques de cães a vítimas indefesas, ocorridos recentemente no país, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu ontem a aprovação de projeto de lei de sua autoria que dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários e criadores de cães de guarda perigosos.

A proposição (PLS 300/08), que proíbe também a reprodução de cães da raça pit bull, está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda a apresentação do voto do relator, senador Gim Argello (PTB-DF).

– O importante é criar normas que livrem a população de animais ferozes e punam os proprietários negligentes. Afinal, as ruas e praças são destinadas aos que trabalham, estudam ou buscam o lazer, e delas fazem uso mulheres, crianças, idosos e deficientes. Quem vive dentro de um automóvel não tem ideia do terror que acarreta a perseguição de um animal desses – disse Valter Pereira, buscando chamar atenção dos parlamentares para a importância do assunto.